ResearchGate

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: https://www.researchgate.net/publication/262106490

DILEMAS E DESAFIOS DA GESTÃO TERRITORIAL DA RPPN DO CAJU, LITORAL DE ITAPORANGA D'AJUDA, SERGIPE

Article · December 2013

CITATIONS
0

READS
109

2 authors:

Claudio Braghini
Instituto Federal Sergipe
10 PUBLICATIONS **1** CITATION

SEE PROFILE

José Wellington Carvalho Vilar
Instituto Federal Sergipe
17 PUBLICATIONS **5** CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:

Project

Gestão territorial de unidades de conservação no litoral sergipano View project

All content following this page was uploaded by Claudio Braghini on 07 May 2014.

The user has requested enhancement of the downloaded file. All in-text references underlined in blue are added to the original document and are linked to publications on ResearchGate, letting you access and read them immediately.

DILEMAS E DESAFIOS DA GESTÃO TERRITORIAL DA RPPN DO CAJU, LITORAL DE ITAPORANGA D'AJUDA, SERGIPE

Claudio Roberto Braghini[1]
José Wellington Carvalho Vilar[2]

Introdução

O litoral do Nordeste do Brasil apresenta hoje uma ocupação territorial variada que se caracteriza principalmente pela urbanização e pela presença de atividades agrícolas e da pesca artesanal, além da expansão do turismo de sol e praia e da construção intensa de segundas residências e da exploração de petróleo.

Do ponto de vista geográfico, a gestão territorial da RPPN do Caju é aqui tratada no contexto das transformações do litoral. Nessa abordagem, pode-se considerar o espaço como uma totalidade, formada por sistemas de objetos em interação com sistemas de ações, de forma indissociável (SANTOS, 2006).

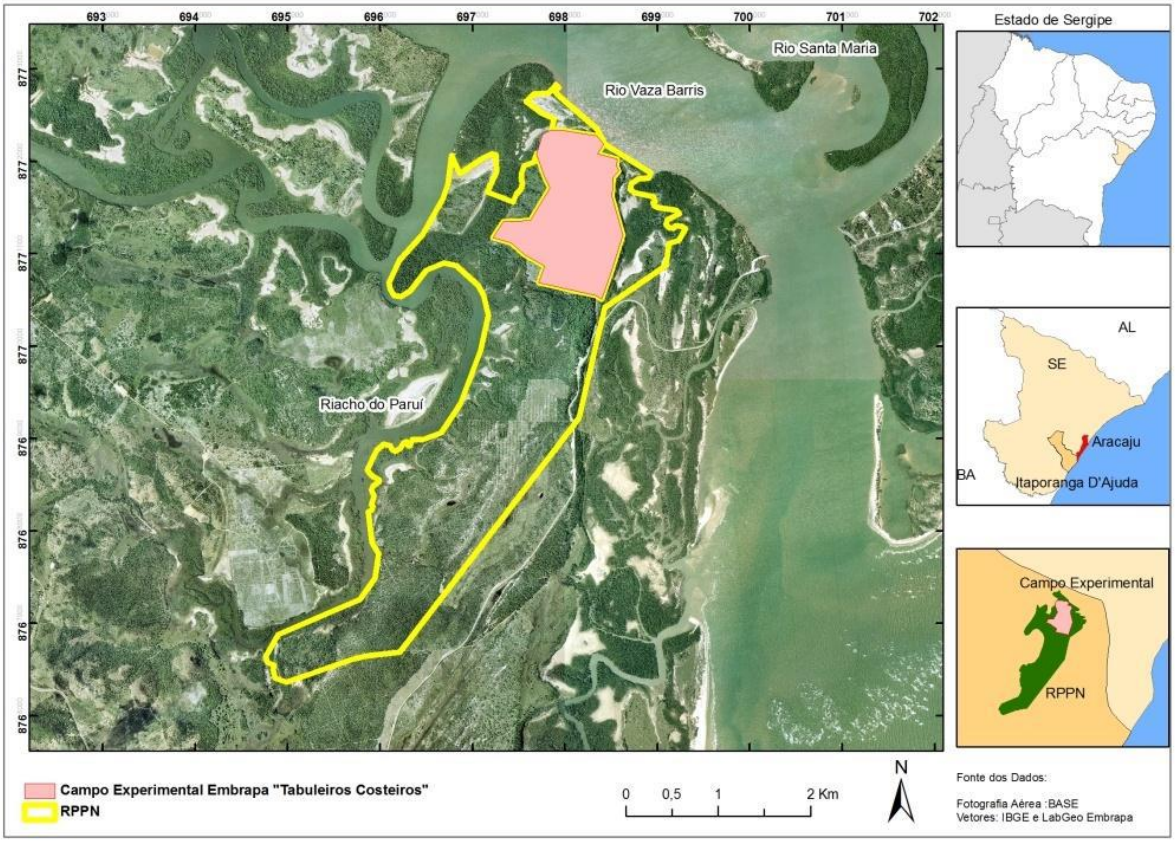
De outra forma, pode-se discutir a gestão dos espaços litorâneos na perspectiva sistêmica de ordenamento territorial. Para tal, há estudos que analisam as fragilidades, potencialidades e vulnerabilidades dos espaços para o uso humano. Em outros casos, busca-se compreender a complexidade das relações entre as atividades que concorrem no espaço para lidar com a (des)ordem exposta e propor uma nova organização territorial. Nesse contexto, entre as variadas formas de uso do espaço litorâneo está o uso para a conservação (BARRAGAN-MUÑOZ, 1994) onde figuram as unidades de conservação (UC) ou áreas protegidas.

Desde meados do século XX, as questões relacionadas à gestão das unidades de conservação estão imersas num contexto ambiental que provoca reflexões éticas, sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas. A geografia procura tratar o ambiente a partir de fenômenos espaciais em que está evidente a relação entre sociedade e meio ou sociedade e natureza, em que pese discussões históricas internas de construção do próprio campo de conhecimento geográfico.

Vale ressaltar que de um ponto de vista estritamente geográfico, as discussões sobre gestão das unidades de conservação são inerentemente territoriais, na medida em que expõem relações de poder frente ao uso e ocupação da terra e dos recursos socioambientais.

O litoral Sul de Sergipe abrange cinco municípios (São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba) e apresenta uma superfície total de 2.480 Km^2. Na faixa litorânea do município de Itaporanga D'Ajuda, localiza-se o Campo Experimental (CEI) da Embrapa Tabuleiros Costeiros (W 37°11'02.8" e S 11°07'05.0"), com uma área total de 911 hectares. O referido Campo Experimental inclui em seus limites a Reserva do Patrimônio Natural do Caju ou RPPN do Caju (Figura 1).

Figura 1 – Limites da RPPN do Caju e da área experimental da Embrapa Tabuleiros Costeiros.



Fonte: Embrapa Tabuleiros Costeiros (2013).

O objetivo do presente estudo é analisar os dilemas e desafios da gestão territorial da RPPN do Caju. O antagonismo implícito no termo dilema expõe problemas, face às transformações no território, mas que exigem solução de gestão e para tal, as dificuldades podem se transformar em desafios no discurso do ordenamento territorial.

As informações aqui utilizadas foram obtidas em documentos e trabalhos científicos, bem como através de visitas de campo e entrevistas com pesquisadores e gestores do Campo Experimental de Itaporanga d'Ajuda.

Vale ressaltar que os dilemas e desafios expõem a relação espacial entre as escalas de influências, local e global. Assim, é apresentado inicialmente o contexto da política ambiental brasileira para as áreas protegidas e alguns problemas de gestão associadas ao modelo de áreas protegidas que excluem as populações tradicionais. Utilizou-se como recurso conceber a discussão da gestão da RPPN do Caju em dois momentos ou espaços-tempos: o primeiro até a Criação da RPPN no qual se identificam problemas e dilemas para a gestão, e o segundo momento, após a criação e construção do Plano de Manejo, em que os problemas e dilemas suscitam desafios para a gestão, numa perspectiva de governança territorial.

As áreas protegidas no contexto da política ambiental brasileira

Atualmente, as unidades de conservação são reconhecidas pelo poder público que apresenta um arcabouço legal definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). (BRASIL, 2000).

O SNUC foi concebido após o período de redemocratização do Brasil e segue as mudanças na legislação ambiental, como definido na Política Nacional de Meio Ambiente, Lei Federal N° 6.938 (BRASIL, 1981) e estabelecido na Constituição Federal de 1988. A partir desse momento, é atribuída ao poder público e a coletividade, a responsabilidade pelo meio ambiente como bem difuso, coletivo e se atrela essa

proteção à tutela do ser humano, vinculando à saúde e bem estar da sociedade (FIORILLO, 2012).

Trata-se de um período estrutural, efervescente do ponto de vista político no país, que teve marcante participação de agentes sociais e de organizações ambientalistas na construção da legislação. No mesmo período, a mobilização e reflexão gerada pela organização e realização da Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, em 1992 (Eco 92 ou Rio 92), favoreceram o cenário ambientalista. O evento, sediado na cidade do Rio de Janeiro, reuniu diversos representantes de nações e de organizações não governamentais para estabelecer acordos, convenções, sinalizar tratados e agendas internacionais para os problemas socioambientais. Paralelamente, a sociedade civil organizou-se com um conjunto de atores sociais, em especial as ONGs, para discutir as raízes dos problemas sociais e ambientais globais.

O SNUC apesar de não contemplar todas as áreas protegidas é o principal instrumento de ordenamento de espaços protegidos no Brasil. Dentro do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), a criação de UC cabia ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), entretanto, em 2007, tal atribuição é transferida a novo órgão federal, criado pela Lei Federal N° 11.516 (BRASIL, 2007), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Em 2006, o Decreto Presidencial N° 5.756/2006 institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006) que define princípios e diretrizes para articular o SNUC com as demais áreas de proteção, tais como: zonas marinhas, zonas costeiras, territórios quilombolas, territórios indígenas, reserva legal (RL) e área de preservação permanente (APP).

Apesar de o contexto ambientalista aparecer de forma consistente nas políticas, este não pode ser concebido como um movimento social único, ao contrário, pode-se dizer que há vários ambientalismos. Na vertente do ambientalismo como movimento histórico, esboça-se uma postura visando mudanças radicais na relação entre

sociedade e natureza, uma universalidade que prevê a possibilidade de conciliar sociedade e natureza de forma equilibrada. Apesar disso, reconhece-se que as formas de atuação dos movimentos são diversas, incluindo ideologias variadas, democráticas a totalitárias (FERREIRA, 1999; VIOLA, 1992). Essa universalidade e equilíbrio não é, entretanto, consenso nos estudos sobre o ambientalismo. Acselrad (2004), por exemplo, afirma que esse discurso serviria como instrumento para manter a hegemonia de poder, a partir do imaginário e da fetichização da natureza, retirando ou esvaziando o debate político e o caráter reivindicatório das localidades em que se concretizam as relações de poder.

A principal referência para a concepção do SNUC é a classificação proposta em 1994, pela União Internacional de Conservação da Natureza (UICN) ou *International Union Conservation of Nature* (IUCN, 1994), reforçada pelas determinações sobre a proteção da biodiversidade na Convenção da Diversidade Biológica, a qual o Brasil é signatário (BRASIL/MMA, 2000).

A emergência de questões ambientais que adquiriram caráter internacional favoreceu o reconhecimento de áreas protegidas que asseguram o uso direto dos recursos por populações tradicionais, tais como a Reserva Extrativista (RESEX) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (MEDEIROS, 2006). Posteriormente, a delimitação dos territórios quilombolas e territórios indígenas ampliaram o reconhecimento dos direitos socioambientais de populações tradicionais.

Em Sergipe, observam-se movimentos sociais reivindicatórios associados ao território em que vivem, tais como as lutas de pescadores artesanais, catadoras de mangaba entre outros (MOTA; SCHMITZ; SILVA JR, 2007).

Cabe destacar que muitas áreas protegidas eram criadas antes do SNUC em mecanismos e órgãos oficiais distintos, fora de um sistema nacional, e a RPPN também se insere nesse contexto. Em Sergipe, existem hoje pelo menos cinco RPPN litorâneas, todas associadas à conservação de ecossistemas costeiros e ao bioma Mata Atlântica.

Problemas de gestão territorial das unidades de conservação

As primeiras áreas protegidas do século XIX, como os parques nacionais norte-americanos, influenciaram enquanto modelos territoriais e de gestão, em várias partes do mundo, sofrendo variações, de acordo com cada local (DAVENPORT; RAO, 2002; DIEGUES, 2005; BENSUNSAN, 2006).

No Brasil, as categorias de UC, como Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, apresentam as maiores restrições em termos de uso direto dos recursos, que não seja pesquisa e manejo para a preservação. Costuma-se colocar a proteção das áreas em termos de duas concepções: conservacionista e preservacionista. A primeira propõe a conservação concomitante ao manejo das áreas, contemplando o uso direto dos recursos naturais, enquanto que a segunda, não conceberia a presença humana compatível à conservação.

Esse enfoque pode ser considerado simplista, pois expressa uma dicotomia derivada de discursos de atores sociais e seus interesses. De fato, existe uma complexidade que se estende além de uma mera escolha entre duas vertentes, pois cada realidade territorial é distinta, assim como as ideologias dos atores sociais implícitas. Isso traz à gestão o falso dilema entre preservar e conservar, na medida em que a proteção, hoje, prevê tanto ações de preservação como de conservação, expressos nos próprios Planos de Manejo.

Importa destacar que as primeiras áreas protegidas de uso indireto, de cunho mais restritivo, nas categorias citadas acima, seguiram o modelo de exclusão das comunidades, priorizando a proteção integral da biodiversidade e a incompatibilidade do convívio com as sociedades humanas.

Atualmente, sabe-se que para se conservar a biodiversidade, muitas vezes as condições existentes devem manter o manejo humano de comunidades tradicionais. Outro aspecto relevante é a dependência do fluxo gênico para a sobrevivência das espécies a partir do estabelecimento de corredores ecológicos, integrando com as

demais áreas do entorno, sob o risco de transformar a UC numa ilha e aos poucos sofrer as consequências desse isolamento espacial (DIEGUES, 2000; BENSUNSAN, 2006).

Esse aspecto traz à gestão a necessidade de se obter informação de pesquisa, mas também de se conectar com as comunidades do entorno e atentar para as transformações no território. Esboça-se uma complexidade que expõe um cenário ambiental e territorial mais amplo no qual o gestor de unidade de conservação está sujeito.

Uma RPPN não tem necessariamente implícita a participação das comunidades do entorno, apesar das indicações e diretrizes genéricas para as unidades de conservação expressas no Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP, 2006). Entretanto, o fato da Embrapa ser uma empresa pública e pelos seus trabalhos desenvolvidos com o entorno do Campo Experimental de Itaporanga d'Ajuda, permite refletir sobre esse perfil de gestão, na perspectiva de interação com as comunidades locais.

A Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) é a única categoria de unidade de conservação privada prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), isto é, passíveis de serem reconhecidas pelo Estado a partir da iniciativa e interesse de um proprietário de terra. Essa categoria permite a possibilidade da venda da área após a criação da UC, mas a RPPN tem caráter de perpetuidade.

O contexto da criação da RPPN do Caju (2002-2010)

A antiga fazenda do Caju foi adquirida pela Embrapa em 1979. Da área total, 147,45 hectares destinam-se à Área Experimental com a sede e infraestrutura para administração e manutenção do campo, com vitrines de experimentos agroecológicos,

bancos ativos de germoplasma de coco e mangaba, enquanto que 763,37 hectares destinam-se à RPPN do Caju (EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS, 2013).

Segundo a Embrapa Tabuleiros Costeiros (2013), o Campo Experimental de Itaporanga d'Ajuda inicia as atividades em 1979 com a intenção de desenvolver pesquisa científica e técnica sobre a cultura do coqueiro. Em 1982, instala-se o Banco Ativo de Germoplasma (BAG) de Coco (*Cocos nucifera*). Aos poucos novas ações diversificam os experimentos na área, e a partir do ano 2000 incluem-se experimentos agroecológicos como os sistemas agroflorestais, vermicompostagem e biogeo, entre outros. Atualmente, observa-se a existência do Banco Ativo de Germoplasma de mangaba (BGMangaba), visando a conservação *in situ* da *Hancornia speciosa* Gomez (mangabeira).

Por volta do ano de 2001, surgiu a necessidade e oportunidade de se pensar na criação de uma área protegida. As circunstâncias que favoreceram sua criação perpassam a iniciativa de funcionários, a ausência de conflitos internos evidentes e os interesses convergentes da administração da Embrapa, assim como o fato da área ser uma propriedade privada e se reconhecer que nem toda a área do campo era adequada ao desenvolvimento de experimentos.

Observou-se que parte da ação deflagradora para a criação da RPPN do Caju foi uma reação por parte da Embrapa, devido à entrada de personagem desconhecido para medição de uma área de interesse, feita num fim de semana, de forma arbitrária e sem conhecimento da coordenação do campo, o que gerou apreensão.

Logo após tal fato, a Embrapa recebeu pedido de um órgão público estadual, sondado por um órgão público federal, para que esta cedesse uma área do campo experimental com a finalidade de se estabelecer um empreendimento de carcinicultura ou maricultura. Na impossibilidade de se ceder tal trecho, solicitou-se que fosse destinada outra área, na porção em que não haveria experimentos, hoje parte da reserva.

Independentemente das intenções, a cessão implicaria na redução da área experimental e para a tomada de decisão, criou-se uma comissão, que negou o pedido, em virtude do acordo internacional sobre o banco ativo de germoplasma de coco.

Imediatamente, por iniciativa do supervisor do campo na ocasião, iniciou-se em novembro de 2002, o processo com a solicitação ao Ibama para criação de uma área protegida, ação apoiado pelos setores da direção e administração da Embrapa Tabuleiros Costeiros. Soma-se a isso, o fato do setor financeiro sinalizar que a criação poderia ainda minimizar a despesa de imposto territorial rural (ITR), o que reforçava o cenário favorável.

O Ibama, por meio da diretoria responsável pelas áreas protegidas, na Superintendência em Sergipe, visitou a área e fez uma avaliação prévia sobre a fauna e flora existente e ratificou a possibilidade de tornar a área uma UC e sugeriu a categoria RPPN. A dúvida pelo fato de se tratar de uma empresa pública foi sanada pelo próprio Ibama, que reconheceu o direito da Embrapa, por ser uma empresa de direito privado. A partir desse entendimento foi feito o encaminhamento do processo.

Apesar de a categoria RPPN existir como forma de acelerar e facilitar a criação de UC por interesse privado (pessoa física ou jurídica), o processo se estendeu até 2010. A demora, entretanto, refletia possivelmente um problema de retificação de área solicitada anteriormente e o trâmite desse processo na justiça federal. Por fim, reconheceu-se a RPPN do Caju através da Portaria ICMBio N° 4, de 17 de Janeiro de 2011 (BRASIL, 2011).

Inicia-se assim uma nova fase que implica refletir sobre os próximos passos da Reserva. O cenário da criação sinaliza o protagonismo de funcionários, apoiados pela direção, sem conflitos ou discordâncias internas evidentes, bem como a convicção em manter a área não apta a experimentos, preservada.

Durante esse processo, relatam-se algumas ações da Embrapa que sinalizam interesses e concretizam formas de interação da empresa com as comunidades e demais atores sociais no entorno.

Entre as principais formas de se viabilizar ações, dentro da estrutura administrativa da Embrapa, destaca-se a elaboração de projetos, denominados macroprogramas. Em 2006, iniciou-se o macroprograma 4, intitulado: Gestão Ambiental da Reserva do Caju (TUPINAMBÁ, 2006). Ao longo dos Planos de Ação do referido macroprograma, evidencia-se uma gestão que valoriza a interação com as comunidades do entorno e a participação destas no uso público do CEI. Realizaram-se cursos de Educação Ambiental levando professores de escolas públicas de Itaporanga d' Ajuda à Reserva do Caju, bem como produtores agrícolas de comunidades do entorno.

O ecoturismo e a educação ambiental eram atividades percebidas como potenciais para as comunidades e para a Reserva do Caju. Em 2007, ações de articulação entre Embrapa e Instituto Federal de Sergipe, na ocasião CEFET, através do curso de Graduação Tecnológica em Ecoturismo (depois Gestão de Turismo) movimentaram parceria para estudar as possibilidades de implantação da atividade ecoturística na Reserva do Caju.

Ações de pesquisa e extensão desenvolveram-se na área. Universidades fizeram visitas técnicas no campo experimental pela existência de mata de restinga e manguezais conservados. Além disso, há uma infraestrutura de alojamento na área experimental do campo que tem apoiado pesquisas de universidades.

A própria Embrapa elaborou o Embrapa-Escola que teve como objetivo principal, levar alunos de escolas públicas à Reserva do Caju, realizando atividades monitoradas em trilha na mata de restinga, a Trilha da Porteira.

Em 2009, a partir do plano de ação de gestão participativa da Reserva do Caju, inicia-se o Macroprograma 6, intitulado: Gestão participativa para o desenvolvimento

sustentável da comunidade Ilha Mem de Sá (CURADO, 2008). Essa comunidade é a que apresenta relações históricas mais próximas com a área do campo experimental. Inicia-se aproximação e ações de pesquisa, extensão e desenvolvimento rural, articulando diversas parcerias, incluindo instituições educacionais de formação superiores e por vezes, utilizando o campo experimental.

Esse conjunto de ações sinaliza um cenário positivo para a interação entre o campo experimental e as comunidades do entorno, numa perspectiva de governança, atribuído ao perfil público da empresa. Entretanto, uma reflexão sobre as transformações do litoral Sul sergipano em que se insere a Reserva do Caju, permite evidenciar outras condicionantes sobre o território.

A Reserva do Caju e as condicionantes para a conservação

A localização estratégica da RPPN do Caju expõe particularidades relevantes para se compreender a dinâmica espacial em que se insere. Além da fragilidade ambiental e do valor da biodiversidade, observa-se a presença de povoados e assentamentos rurais, fazendas e criatórios de camarão, pesca artesanal, cata de caranguejos e moluscos, bem como vias pavimentadas (Figura 2).

A RPPN do Caju sofre influência das atividades nos limites terrestres e da rodovia SE-100 Sul e pelo limite fluvial nos rios Paruí e Vaza Barris. O Rio Paruí atua como barreira física, mas a valorização turística da Orla Por do Sol, no Rio Vaza Barris em Aracaju, favorece o acesso de embarcações, trazendo o interesse turístico sobre a paisagem. A ampliação do turismo e o imaginário associado ao bem estar, vinculado ao viver no litoral, favorecem a crescente valorização das terras. O próprio saber-fazer das comunidades tradicionais se evidencia atualmente como potencialidades ao ecoturismo e como fontes alternativas de renda.

Apesar da reserva ser uma propriedade delimitada por cercas e pela rodovia SE-100 sul, o fluxo de veículos é facilitado, o que impõe riscos associados a descarte

de resíduos sólidos e queimadas. A proximidade com a Zona de Expansão de Aracaju gerou um valorização das terras vizinhas à RPPN, movimentada pelo mercado imobiliário e turístico, fenômeno que está associado ao modelo de produção do capital global.

A RPPN do Caju está situada no limite terrestre entre pelo menos duas fazendas que são de propriedade de construtoras, entre elas a Norcon-Rossi. As terras vizinhas à RPPN se configuram como reservas de mercado para empreendimentos imobiliários, valorizados pelo fato de ter via asfaltada para o seu acesso e pela proximidade com a zona sul de Aracaju, espaço de crescimento urbano elitizado da capital sergipana.

Há na RPPN uso da área por atividades extrativistas como a coleta de mangaba, acampamentos de pescadores nas margens da reserva e apropriação para lazer. Diante disso, surge o dilema da gestão da RPPN: permitir a tais atividades continuarem e correr o risco de omissão ou optar por uma forma restritiva e punitiva, que poderia distanciar a população do entorno e conflita com a tônica da atuação da Embrapa.

No território em que se insere a RPPN do Caju, os objetos artificiais se imbricam na paisagem com os elementos ditos naturais, mediados pelas ações humanas. Essa interdependência, de acordo com as ideias de Santos (2006), atribui o caráter de formas-conteúdo aos elementos ou objetos. Isso permite perceber a materialidade e imaterialidade implícitas na paisagem, as distintas territorialidades e temporalidades em que se insere a RPPN e a maior ou menor relevância como vetor de transformação territorial.

Assim, elementos como as restingas, dunas, lagoas, manguezais, apicuns, rios e praias possuem uma dinâmica, em tempo e escala geoecológica, enquanto que as cercas, rodovias, linhas de transmissão, pontes, equipamentos de carcinicultura, equipamentos turísticos, condomínios, acampamentos e apetrechos de pescadores artesanais, as plantações e o gado, apresentam tempo e abrangência atribuídos pelas

ações humanas, tais como, as políticas públicas voltadas para a melhoria de infraestrutura rodoviária, a dinâmica do mercado de compra e venda de terrenos, a ocupação dos espaços para moradia ou lazer e turismo, a exploração de petróleo, os mecanismos de fiscalização, o cercamento das terras e as queimadas. Em contraste, a pesca artesanal, a produção agrícola, as expressões culturais locais estão integradas à dinâmica das marés e de forma indireta, aos movimentos da linha de costa. Esse cenário sinaliza a complexidade da dinâmica de transformação do Litoral Sul de Sergipe e os desafios para a gestão da RPPN, diante do seu papel social e da conservação ambiental.

Desafios para a gestão da RPPN do Caju (2010 a 2013)

A formalização da RPPN exigiu ações e para conduzir o processo de planejamento da Embrapa delegou a responsabilidade para liderar o processo ao pesquisador, Sr. Lauro Nogueira Jr, que procurou conhecer o contexto da RPPN e conduzir a elaboração do Plano de Manejo. Foram criadas duas comissões para esse processo: uma interna e outra externa. A primeira, com perfil deliberativo, estava composta de funcionários da própria Embrapa, e a segunda, com perfil consultivo, inclui pessoas convidadas, profissionais de instituições diversas, como ONGs, universidades e representantes de órgãos públicos de meio ambiente.

A publicação do XI Edital do Programa de Incentivo às RPPNS da Mata Atlântica, pela ONG SOS Mata Atlântica, permitiu a submissão e aprovação do projeto de elaboração de Plano de Manejo no período de um ano, a partir de 2012. Para tal empreitada foram feitas algumas parcerias com a ONG Sociedade Semear e a contratação de estagiários para auxiliarem no processo, juntamente com o corpo técnico da Embrapa. Foram realizadas visitas de equipe técnica ao campo, bem como oficinas participativas para reconhecer as formas de produção, o modo de vida e de que maneira as comunidades interagiam com a Reserva do Caju.

O Plano de Manejo, na sua versão preliminar, confirmou, ampliou e sistematizou informações sobre as diversas formas de uso e ocupação do solo e evidenciou usos conflitantes com a conservação de uma RPPN.

Figura 2 – Ocupação do entorno da RPPN do Caju. Fonte: Embrapa Tabuleiros Costeiros (2013) – adaptado.

Os desafios que emergem do contexto exposto foram divididos em três dimensões que se interconectam: desafios de gestão da Embrapa; desafios devido a atividades dentro da RPPN; e desafios devidos as atividades existentes no entorno da RPPN.

Desafios da gestão da RPPN pela Embrapa

Há, inicialmente, poucos problemas detectados pela gestão interna da Embrapa. Especificamente, a responsabilidade implica planejamento para a manutenção, monitoramento, fiscalização e captação de recursos para desenvolvimento dos programas. A demanda de trabalho dos pesquisadores responsáveis e o fluxo de recursos ao longo do tempo sinalizaram os desafios para a gestão.

A proposta exposta no Plano de Manejo prevê a constituição da comissão de gestão da RPPN e também mecanismos administrativos para garantir recursos constantes para as atividades de manutenção, fiscalização e monitoramento. As atividades de pesquisa e educação ambiental e os recursos dependem principalmente da captação por meio de editais e projetos específicos.

Não se observou conflitos quanto à decisão de utilização de substâncias que tragam risco à biodiversidade nos experimentos no campo. Mesmo que exista algum interesse científico específico de pesquisadores na Embrapa, a tendência é a conservação da RPPN se tornar referência para a escolha dos experimentos viáveis.

A comunicação interna é um dos fatores principais para tornar clara a diferença entre RPPN do Caju e o campo experimental. O fato da RPPN englobar a área experimental traz dificuldades de entendimento. Soma-se a isso, o fato de que a equipe de manutenção será a mesma da área experimental, e a sede da RPPN será compartilhada. Portanto, por mais que se resolva esclarecer diferenças haverá

confusões inerentes ao modelo adotado. A previsão de ampliação das placas com o nome RPPN do Caju talvez reforce sua existência enquanto UC.

O perfil de atuação da Embrapa traz a vantagem de não se ter um proprietário pessoa física, na medida em que não está dependente da motivação de uma só pessoa; por outro lado, tal perfil carrega decisões para instâncias coletivas, comumente mais demoradas. A eficiência do planejamento e da gestão dos processos serão os principais desafios nessa dimensão da gestão interna da Embrapa.

A imagem da empresa com renome, como proprietária, gestora da RPPN, e o fato de ser uma empresa pública, traz uma perspectiva favorável como difusora de exemplo a ser seguido na busca da conservação da biodiversidade e uso agrícola associado. O desafio interno promoverá também a necessidade da comunicação externa para que a sociedade, de forma geral, reconheça a reserva e entenda seu papel como estruturadora do território.

Desafios associados às atividades internas da RPPN

As considerações sobre as condicionantes apresentadas antes da criação da UC e as informações sistematizadas pela elaboração do Plano de Manejo, permitiram compor uma gama de novas reflexões e delineamento dos desafios impostos à gestão.

Cabe ressaltar que o termo *consentido* foi usado para situações em que as normas estão postas e cabe aos usuários cumpri-las e o termo *consensuado* é usado para as normas que foram estabelecidas em consenso com os usuários (EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS, 2013).

O Plano de Manejo proposto define um zoneamento com cinco áreas territoriais específicas: de visitação, silvestre, de proteção, de recuperação e de transição (Figura 3). Destas zonas, a única que não admite qualquer visitação é a zona silvestre. O

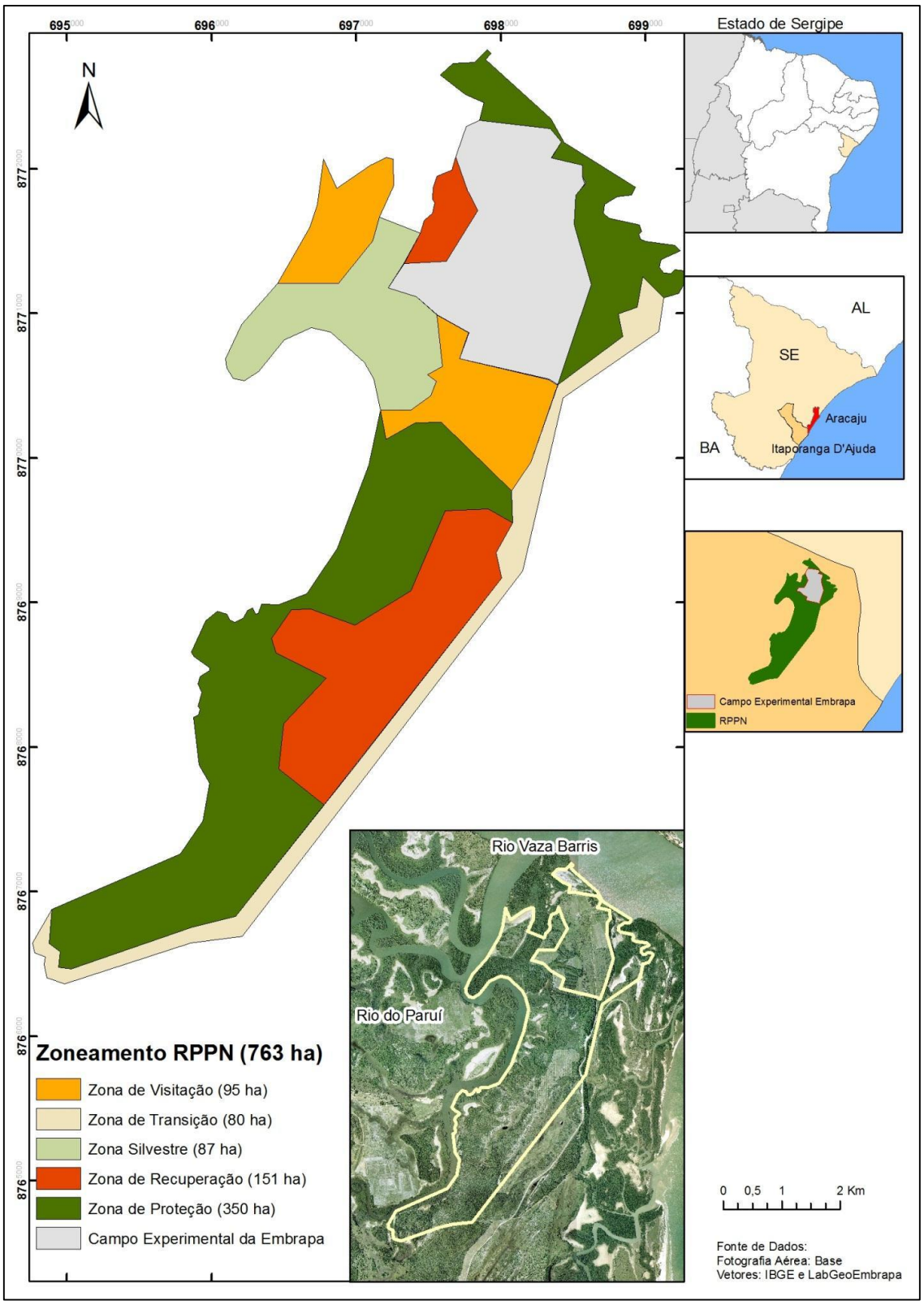
referido plano procura compatibilizar em algumas áreas, as atividades de acampamento de pescadores e a visitação em zonas específicas da PPPN do Caju.

O turismo não aparece de forma explícita no zoneamento, pois todas as atividades de visitação possíveis estão inseridas no programa de educação ambiental. Isso impõe pensar como viabilizar as visitas monitoradas. O viés de visitação vinculada ao foco educacional e científico está claro. A opção exposta no plano tem o desafio de trabalhar a visitação, desde excursões ao ecoturismo, como instrumento de educação ambiental e, para tal deve-se pensar em como gerenciar o fluxo de visitação e se haverá possibilidade ou necessidade de algum funcionário com a função receptiva na RPPN. Pode-se ainda estabelecer processo de aproximação com condutores locais da comunidade da Ilha Mem de Sá.

De certa forma, os acampamentos de pescadores artesanais estão permitidos no zoneamento, como práticas eventuais, o que expressa reconhecimento e apoio a permanência da atividade. Mesmo que não esteja explícito, o fato de permitir atividades de acampamentos em zonas de visitação inclui essa possibilidade. Entretanto, há obrigação de monitorar tais atividades e para tal, o desafio será estabelecer diálogo para a permanência da prática tradicional, mas contemplando ações de manejo e normas de usos consentidos. Atualmente, por exemplo, há evidências de descarte de resíduos sólidos de natureza diversa, como embalagens de alimentos e bebidas, nas áreas de acampamento.

O extrativismo de mangaba foi observado como prática na RPPN e é reconhecido pela Embrapa como prática tradicional, que faz parte de um movimento socioambiental local, que reflete as mudanças nos valores das áreas exploradas anteriormente, bem como da valorização da mangaba como produto regional. Entretanto, a convivência entre conservação e extrativismo ainda não está clara no Plano de Manejo. Há, contudo, permissão de visitação em áreas onde ocorre a atividade extrativista. Isso favorece a não tipificar a presença das pessoas como crime, mas impõe necessidades de limites, possibilidades e esclarecimentos.

Figura 3 – Proposta preliminar de Zoneamento da RPPN do Caju.



Fonte: Embrapa Tabuleiros Costeiros – Versão preliminar do Plano de Manejo (2013).

O dilema expõe o desafio de articulação e diálogo com os grupos e pessoas que fazem uso de tais áreas dentro da RPPN para estabelecer certas normas e regras de comportamento, como a disposição dos resíduos sólidos, a restrição quanto ao uso de fogo, pisoteio, entre outras. Isso exigirá conhecimento mútuo e articulação entre gestão da RPPN e as comunidades locais. Por um lado, a identificação dos usuários da área pela gestão e o reconhecimento do valor de tais práticas, por outro lado, o reconhecimento do significado de uma RPPN para os usuários e o sentido de se respeitar o zoneamento proposto, bem como as normas de uso e ocupação do solo consentidas para essas áreas.

O desafio de minimizar o risco de queimadas perpassa por diversas atividades, e o primeiro é ter uma equipe preparada para lidar com os eventos dessa natureza. Os funcionários do campo experimental receberam preparação prévia e aguardam equipamentos para continuarem a capacitação e dependerão da prática para obterem experiência no combate ao fogo. Outro desafio advém do monitoramento e da fiscalização das atividades reconhecidas. Qualquer pessoa que adentra na área de mata é um potencial risco para gerar fogo, intencional ou acidental. O terceiro desafio está associado à orientação e diálogo com os usuários da área previstos no Plano de Manejo. Atualmente, as queimadas são reconhecidas como as principais ameaças à biodiversidade da área.

Desafios devido às atividades do entorno da RPPN

A delimitação de zonas de visitação abre possibilidades para a prática do turismo com enfoque educacional e científico no contexto de educação ambiental. Dessa forma, a possibilidade aparece como oportunidade para práticas sustentáveis que surgem na região.

A comunidade da Ilha Mem de Sá é o povoado mais próximo e com maior vínculo histórico com a Reserva do Caju. Ao mesmo tempo, há pessoas que foram capacitadas para atuarem como condutores locais. Nesse caso, o desafio se impõe

diante de uma oportunidade de se incluir a participação e estabelecer um papel social da UC com o bem estar de comunidade do entorno.

As parcerias com o Instituto Federal de Sergipe e a comunidade da Ilha Mem de Sá apontam possibilidades de uso para o ecoturismo e tal possibilidade pode se inserir nas zonas previstas para visitação. Mas há que se pensar na gestão desse processo, concebendo como elemento complicador o fato do turismo não ser um objetivo da Embrapa. Seja como for, mesmo como ação dentro de um programa de educação ambiental se exigirá recepção, acompanhamento ou autorização e monitoramento para tal uso.

O turismo como atividade em expansão na região pode ser uma ameaça pelo acesso ao rio Vaza Barris e Paruí, em especial na ocupação ou uso inadequado das áreas, sem autorização da gestão. O uso de áreas para lazer pode gerar disposição inadequada de resíduos sólidos e queimadas. Outro risco é o de acidentes que podem conduzir a responsabilidade ao gestor da UC.

A atividade turística contempla profissionais com perfil ético e consciente de seu papel na conservação ambiental, mas estimula também iniciativas de pessoas que percebem possibilidades de ganhos financeiros, sem o devido preparo ou preocupação com controle ou conservação.

O manejo feito nas propriedades vizinhas à RPPN, como as queimadas nas áreas da construtora Norcon-Rossi, impõe conflitos, na medida em que essas queimadas avançam sobre a área da RPPN, além de inibir o fluxo de espécies. Outros riscos de incêndios advêm da estrada, pelo fluxo de veículos e descarte de objetos combustíveis, como cigarros e por fogueiras geradas em acampamentos não autorizados na RPPN. Isso impõe identificar a origem de tais práticas e estabelecer medidas de monitoramento, orientação e fiscalização.

Há sempre o risco de fragmentação de habitat inerente a qualquer UC que está associado ao fato de se tornar uma ilha de conservação, enquanto ocorrem

transformações nas áreas do entorno que inviabilizam as conexões como corredores ecológicos. A possibilidade de diálogo com as construtoras pode ser estimulada pela própria gestão da RPPN que busca apoio nos órgãos ambientais do Estado, como a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e a Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA), em relação às possibilidades de se estabelecer empreendimentos que mantenham determinada faixa de mata ciliar nas margens de rios e lagos, articulando e integrando as áreas de preservação permanente e as reservas legais.

A atividade de carcinicultura existente atualmente não parece afetar a biodiversidade da RPPN, nem é reconhecida como de risco severo pelo próprio ICMBio, mas se considera que há sempre o risco de afetar a fauna dos manguezais, caso sejam lançados efluentes do manejo de tanques, proposital ou de forma acidental, em doses inadequadas ao rio. Outro fator que se constitui num desafio associado às atividades do entorno da RPPN é a prática clandestina, sem licenciamento, aumentando os riscos ambientais. Mesmo sem evidências negativas, a prudência sugere monitoramento da água nos pontos de coleta e despejo de efluentes no rio, que pode ser consensuado e dividido entre a RPPN e os empreendimentos privados.

O fluxo de veículos ao longo da rodovia SE-100 que corta um trecho da RPPN impõe a necessidade de ampliar comunicação visual sobre a área protegida, bem como as proibições e risco à biodiversidade, com descarte de resíduos sólidos que aumentam o risco de queimadas. Nesse mesmo trecho, além da pavimentação e fluxo de veículos há linhas de transmissão que atravessam a área. Isso sugere uma dúvida quanto à responsabilidade e a gestão. O desafio é consensuar e esclarecer o que será responsabilidade de cada um e como atuar diante de eventos negativos.

Considerações finais

As unidades de conservação podem ser vistas como espaços patrimonializados pelo Estado, que reforçam as desigualdades locais e dificultam o acesso aos recursos naturais pelas populações tradicionais. Mesmo assim, a maneira como foi discutida a gestão da RPPN do Caju evidencia o conjunto de influências e determinações locais que se inserem no contexto mais amplo da política ambiental brasileira e das determinações ou transformações globais.

A concepção de proteção imposta pela RPPN e o perfil de empresa pública da Embrapa, que visa trabalhar com a redução das desigualdades, desenvolvendo e disseminando tecnologias, implica desafios à gestão. Esta, num primeiro momento, se coloca sensível ao apelo social e busca traduzir essa condição no zoneamento proposto no Plano de Manejo. Esse olhar é resultante de funcionários à frente da gestão direta ou indireta da RPPN, ou seja, evidenciou-se o protagonismo de certos sujeitos que catalisam processos e reconhecem as possibilidades da localidade, diante de condicionantes ou determinações mais amplas.

A RPPN do Caju, considerando a governança territorial, tem o desafio maior de integrar discurso e prática conservacionista e social, reconhecendo cada desafio específico ou conflito como oportunidade, como um conjunto de possibilidades.

Referências

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará : Fundação Hienrich Böll, 2004.

BARRAGAN-MUÑOZ, J.M. **Ordenación, planificación y gestión del espacio litoral**. Barcelona, España: Oikos-tau, 1994.

BENSUNSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Decreto Presidencial n° 5746 de 5 de abril de 2006**. Regulamenta o artigo 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema

Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 05 abr. 2006.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm>. Acesso em: 28 dez 2013.

BRASIL. **Lei Federal n° 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 31 ago. 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 29 jan 2013.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Brasília, 18 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 28 dez 2013.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.516 de 28 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, 28 ago. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm>. Acesso em: 28 dez 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A Convenção sobre diversidade biológica – CDB**. Brasília, DF: MMA, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf>. Acesso em: 28 dez 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria nº4 de 17 de janeiro de 2011**. Institui a criação da Reserva do Patrimônio Natural do Caju. Brasília, 17 jan. 2011. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2011/03/02/Port.RPPN.CAJU.pdf >. Acesso em: 28 dez 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Mapa das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira**, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira/%C3%A1reas-priorit%C3%A1rias/item/476>. Acesso em: 20 out. 2013.

CURADO, F. Gestão participativa para o desenvolvimento sustentável da comunidade Ilha Mem de Sá, Itaporanga d'Ajuda, Sergipe. **Macroprograma 6.** Aracaju/SE: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

DAVENPORT, L.; RAO, M. A história da predação: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, J. S., C. DAVENPORT, L. RAO, M. (Org.) **Tornando os parques eficientes:** estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. Da UFPR: Fundação O Boticário, 2002.

DIEGUES, A. C. S. O **mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, HUCITEC, 2005.

DIEGUES, A. C. S. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2 ed. São Paulo: Annablume: NUPAUB-USP: Hucitec, 2000.

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS. **Relatório de elaboração do Plano de manejo da RPPN do Caju**. Versão preliminar, set. 2013.

FERREIRA, L.C. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Revista Ambiente & Sociedade**, Ano II, n. 5, 2° sem., 1999, p.35-55.

FIORILLO, C.A.P. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRANÇA, V.L.A. ; CRUZ, M.T.S. (Coord.). **Atlas escolar geográfico de Sergipe:** espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa, PB: Grafset, 2007.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**. V. IX, n.1, jan-jun. 2006, p. 41-64.

MORAES, A.C.R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil:** elementos para uma geografia do litoral brasileiro. 2 ed. São Paulo: Annablumme, 2007.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. O extrativismo em tempos de globalização. **Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia**, 13, 2007, Recife. Anais. Recife: SBS, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

TUPINAMBÁ, E. A. **Gestão ambiental na Reserva do Caju**. Macroprograma 4. Transferência de tecnologia e comunicação empresarial. Projeto. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006.

VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de (Org.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

VIOLA. E. El ambientalismo brasileño: De la denuncia y concientización a la institucionalización y el desarrollo sustentable. **Revista Nueva Sociedad**, n.122, nov-dez., 1992, p.138-155

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Embrapa Tabuleiros Costeiros através do Sr. Lauro Rodrigues Nogueira Jr, pelo acesso à RPPN, acompanhamento nas visitas e fornecimento de documentos sobre a Reserva do Caju; a Joyce Barreto bióloga e graduanda em gestão de turismo pelo apoio às atividades de campo e na sistematização dos dados; e a PROPEX-IFS pelo apoio com transporte e bolsa para estudantes de gestão de turismo em trabalho de PIBIC na área.

Sobre os autores:

[1]Claudio Roberto Braghini – http://lattes.cnpq.br/6345985821227558

Biólogo pela Universidade de São Paulo (1986), especialização em Ecoturismo pelo SENAC/CEATEL-SP (1997), mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA/UFS), doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe - NPGEO/UFS. Atualmente é Docente do Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju, Coordenadoria de Curso Superior em Turismo (CCST).
Contato: claudio.braghini@ifs.edu.br

[2]José Wellington Carvalho Vilar – http://lattes.cnpq.br/5445919556990229

Geógrafo pela Universidade Federal de Sergipe (1987), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (1991) e doutorado em Análisis Geográfico en La Ordenación Del Teritorio, pela Universidade de Granada, Espanha (2000). Atualmente é Docente do Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju, Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA) e Docente do Núcleo de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (NPGEO-UFS).
Contato: wvilar@yahoo.com.br

View publication stats